



DESTAQUES DA IMPRENSA

NOSSO EXÉRCITO EM DESTAQUE

O Prêmio Nobel da Paz de 1988, em vez de galardoar uma personalidade que se tenha destacado da defesa da causa da Paz; foi concedido, como símbolo representativo e atuante da Organização das Nações Unidas, às suas Forças de Paz, que desde há muitos anos, com destacamentos compostos por batalhões representativos de várias nações, tendo em comum as "Boinas Azuis" da ONU, cumprem, nas áreas conflagradas, quando é o caso, a missão de guarda e vigilância da linha que demarca a separação dos beligerantes, no curso das negociações de paz, até que ela seja formalizada, pelo consentimento recíproco.

O Exército Brasileiro, para honra nossa, figura entre os outros que têm cumprido essas missões, nas forças de paz, que a ONU tem várias vezes empregado, e ainda emprega, no Líbano e no Golfo Pérsico, onde se defrontam o Irã e o Iraque, como poder essencialmente moral, sem armamento militar de expressão.

O prêmio coube à ONU, simbolizada pelas 14 Forças de Paz com que ela interveio nos mais diversos teatros de operações militares, desde 1948, a partir de três anos depois da rendição da Alemanha. Sete delas ainda estão atuando, sendo quatro de capacetes azuis (manutenção da paz) e três em missão de observação (Boinas Azuis).

O porta-voz do Comitê Nobel disse que a decisão de homenageá-la prestigia o empenho da ONU, já distinguida pela quinta vez. É fato de que muito se vangloria o Exército Brasileiro, um dos que muito já colaboraram, e por longo tempo, para o seu êxito, bastando citar a sua presença, por mais de dez anos, na faixa de Gaza, no Egito, onde se mantinha sempre a postos o nosso Batalhão Suez, assim chamado por ser o seu ponto de primeiro destino.

A UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas), criada para esse fim, em 1946, com batalhões de várias nacionalidades, entre os quais o do Brasil, que foi o primeiro a instalar-se na sua área em Gaza, sob o comando do então Coronel Iracílio Pessoa, que teve a responsabilidade e a primazia de recrutá-lo e instruí-lo, no Brasil, levando-o, depois, sob o seu comando, até instalá-lo no destino, pronto para cumprir a missão.

Aquela Força de Emergência, como organização composta de unidades periodicamente renovadas pelas respectivas nações, era comandada por um General-de-Divisão, sendo que o Brasil foi, por duas vezes, distinguido com essa honra, com a nomeação dos saudosos Generais Carlos Flores de Paiva Chaves e Syzeno Sarmento.

São aspectos da história do nosso

Exército muito raramente referidos em livros e pouco presentes à memória nacional, salvo nestes últimos três anos, graças à presença dos antigos "Boinas Azuis", que serviram à ONU, como representantes do Brasil, passaram a participar, despertando grande emoção e saudosos por palmas entusiásticas, da grande parada militar do 7 de Setembro, seguindo a tradição da presença dos veteranos da FEB.

A cerimônia militar comemorativa do

Dia da Pátria, aberta, normalmente, com o desfile das Bandeiras históricas do Brasil, transportadas a cavalo, fortalece-se, agora, seu sentido de apoteose de civismo, com a presença dos veteranos da paz, os antigos "Boinas Azuis" da ONU, enviados por nosso Exército, durante 10 anos, para a faixa de Gaza, além dos veteranos da guerra, que lutaram, com a FEB, na Itália, na defesa da liberdade.

É bem o Exército de Caxias, o Pacificador do Brasil.

Transcrito do JORNAL DO COMÉRCIO, edição de 15.10.88. Artigo assinado por A. de Lyra Tavares, membro da Academia Brasileira de Letras.

OS ESGOTAMENTO DE UM REGIME

Neste país rico de História mas débil de memória a experiência histórica de outros países pode ser útil, quando menos para conhecermos nossa inverossímil "identidade". O Bicentenário de 1789 cria espaço para a reflexão sobre as Revoluções Francesas de 1789 e 1792, e também sobre o golpe de 18 Brumário (1799) de Bonaparte. Recordemos pois a crise institucional do Antigo Regime, na antevéspera da Revolução: a monarquia revela-se incapaz de se reformar.

Não se atribua a crise apenas ao caráter frágil e à vertiginosa perda de autoridade de Luís 16, aos custos da máquina irracional do Estado ou às limitações de recursos para mantê-la, mas também à reação dos particularismos provinciais, à confusão de poderes que se superpu-

nham e à extrema diversidade administrativa — o Sul e o Norte, por exemplo, não se regiam pelas mesmas leis, nem pagavam os mesmos impostos.

A França permanecia um "agregado inconstituído de povos desunidos", seguindo o popular conde de Mirabeau (1721-1791), nobre déclassé e membro do Terceiro Estado na reunião dos Estados Gerais.

Nos anos 70 e 80, o reformismo toma conta da França, com sinalizações conflitantes. A monarquia, propondo uma nova repartição de impostos; a nobreza, os privilegiados, uma reforma política, que beneficiasse seu crescente domínio da administração central e nas províncias. O novo diretor geral das finanças desde 1777, o banqueiro suíço e protestante Necker, simpático à causa dos insurgen-

tes da América do Norte, procura novas formas de financiamento dessa guerra naval e distante: não aumentou os impostos, tornando-se popular, mas recorreu novamente a empréstimos.

O tacaño reformismo da Coroa não compensava os gastos do Reino, que excediam a renda em pelo menos 20%, segundo o historiador inglês Hobsbawm. No imaginário popular, a corte de Versalhes esbanjava a fortuna da nação, embora representasse "apenas" 6% de seus gastos em 1788 . . . Mais vultosos eram os gastos da guerra, da marinha e da diplomacia, que engoliam 1/4 do orçamento do Estado. Ainda mais grave era o fato de que metade desse orçamento era consumida pelo serviço da dívida existente. "A guerra e a dívida - a guerra americana e sua dívida - partiram a espinha da monarquia", conclui o autor de *A Era das Revoluções*.

As duas brechas no Antigo Regime que abriram o caminho da revolução foram, primeiramente, a crise econômica e social e o impasse político sob o governo de Luís 16: a aristocracia não quis pagar o custo dessa crise caso seus privilégios não fossem ampliados. Essa oposição levou o rei a convocar para o dia 22 de fevereiro de 1787 uma Assembléia dos Notáveis, escolhidos entre as figuras de primeira grandeza do Reino. A segunda brecha, o anúncio, já a 8 de agosto de 1788, da convocação dos Estados Gerais, antiga reunião de tradição feudal das três Ordens do Reino que não se realizava desde 1614, marcada para 1º de março de 1789.

A aristocracia tentava com isso assumir as rédeas do Estado, mas subestimou as forças sociais e políticas que se avolumavam no interior do Terceiro Estado. E não percebeu que as outras duas Ordens - o Clero e a Nobreza - não eram homogêneas.

O reformismo da Coroa teve seu expoente no banqueiro Necker, o "gênio dos expedientes" e pai da Madame de Staël, que projetou a criação de assembleias provinciais e de municipalidades em toda a França encarregadas da fixação de impostos. Mas em cada tentativa de aplicação tropeçava com a burguesia do Terceiro Estado desejava de participar

da gestão da coisa pública. Em maio de 1781, Necker é demitido, deixando atrás de si a nobreza furiosa, pois publicou o Comptendu au Roi - a primeira vez que o orçamento do Reino foi publicado, fazendo ele constar as pensões reais aos cortesãos.

Calonne, ex-intendente da Coroa, torna-se em 1783 ministro das Finanças, assumindo o posto sob o impacto da publicação do Comptendu. Para cobrir o déficit toma mais empréstimo e gasta muito mais, forjando a imagem de um Estado rico. Em 1786, começou a pagar as dívidas do Estado mas, para prosseguir, viu-se obrigado a reformar as finanças, decidindo apresentar a Luís 16 um plano em que estabelecia a igualdade perante os impostos - e, portanto, a abolição dos privilégios fiscais da nobreza, e do clero. Na conjuntura crítica, Luís pensa que as medidas reformistas desse peso seriam aprovadas ao arrepio dos Estados Gerais, porém desde que apresentadas a uma Assembléia de Notáveis e assim legitimadas . . .

Os "Notáveis" se reúnem a 22 de fevereiro num clima já francamente revolucionário. Os jornais condensaram as idéias efervescentes de reforma e de revolução no país e também nos Estados Unidos, na Bélgica, na Holanda e na Suíça (Genebra).

A Assembléia reunia "notáveis" escolhidos a dedo, não representantes do povo. A imprensa francesa de oposição - produzida na Inglaterra e nos Países Baixos - ridicularizou essa reunião de "notáveis", mostrando-os submissos à Coroa. Como reação, afirmam eles sua independência rejeitando as reformas de Calonne. ("Voyez Calonne . . .", ironizava o conde d'Artois).

A 8 de abril de 1787, Luís 16 o demite e nomeia o chefe da oposição dos Notáveis, o arcebispo ilustrado de Toulouse Loménie de Brienne. O marquês de La Fayette, "notável" e "herói dos Dois Mundos" que aspirava a ser o Washington de uma república e ordem, adverte que a crise só poderia ser resolvida com a audiência dos Estados Gerais.

Em maio, Brienne volta à carga, substituindo os antigos impostos por uma "subversão territorial", à qual a nobreza

e o clero contribuíram em proporção às suas riquezas. Criava ainda assembleias provinciais e municipais. Mas os "notáveis" revelam-se intransigentes, adotando a posição de La Fayette: só os Estados Gerais poderiam aprovar novos impostos.

A 25 de maio Brienne obtém de Luís 16 a dissolução da assembleia dos notáveis, pensando poder passar sua reforma por meio de leis ordinárias, que deveriam entretanto ser aprovadas pelos Parlements, em geral oposicionistas.

O Parlamento de Paris é o primeiro a negar, em junho de 1787, a aprovação dos editos que criavam a subvenção territorial e a igualdade perante os novos impostos. Nessa medida, criava-se um impasse para o rei, sem meios para cobrir o déficit (meses depois, aliás, nos levantes populares na capital, a rainha Maria Antonieta será chamada de "Madame Déficit" . . .). Os conflitos aumentam, pois o Parlamento de Paris aceita apenas o edito de criação das Assembleias provinciais e municipais nas províncias em que inexistiam. Mais: nas assembleias provinciais, os representantes do Terceiro Estado começavam a lutar pela igualdade numérica com a nobreza e o clero

reunidos, e os votos deveriam ser por cabeça e não por Ordem. Claro, tal fato irritou os privilegiados e provocou forte agitação popular nas províncias.

As revoluções — a de 89 e a de 92 — se avizinhavam. Militares como La Fayette, que participaram da revolução americana de Washington ao lado de outros estrangeiros como o italiano Mazzei e o polonês Kosciuszko e instalaram o partido fayettista no salão de Madame Stael, garantiram a primeira fase de transição para o novo regime. (E, como se sabe, reprimiram violentamente o movimento popular mais adiante).

Estavam próximos os dias em que o abade Sieyès perguntaria: "Que é o Terceiro Estado?", respondendo: "Tudo." E advertindo: "Afinal, não conhecemos quais são os efeitos do monopólio?" . . . "Que desencoraja aqueles que ele exclui, torna inábeis aqueles a que favorece? Não se percebe que toda obra que se distancia da livre-concorrência sai mais cara e pior?"

O monopólio, o corporativismo, o burocratismo, a corrupção, o déficit público, a sucessão de ministros num crescendo de mediocridade e a impotência da Coroa sinalizam o colapso do regime.

(Extraído de artigo publicado no Jornal do Brasil, de 30 de janeiro de 1989, assinado pelo Professor Carlos Guilherme Mota, membro do Conselho Diretor do IEA/USP)
